

O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil

Nanci Oddone

Doutora em ciência da informação pelo convênio Ibict/UFRJ. Professora do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

E-mail: neoddone@ufba.br

O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate.

(FOUCAULT, 1998, p. 19)

Resumo

Tradicionalmente se considera que a ciência da informação surgiu no Brasil em 1970, rompendo com um passado de práticas que não respondiam mais, de modo satisfatório, às demandas bibliográficas de uma comunidade científica em expansão. Após examinar a documentação reunida no arquivo pessoal de Lydia de Queiroz Sambaquy, bibliotecária que idealizou o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) e o presidiu entre 1954 e 1965, os resultados desta pesquisa histórica sugerem, ao contrário, que as atividades desenvolvidas no IBBD durante aqueles 11 anos caracterizavam já uma abordagem eminentemente “informacional” do trabalho bibliográfico, de acordo com as concepções de Farradane, um dos fundadores da área. Influenciados ao mesmo tempo pela biblioteconomia, pela documentação e pelo então moderníssimo conceito de “informação científica”, os serviços prestados pelos bibliotecários do IBBD sob a liderança de Lydia Sambaquy abriram um novo campo de ação profissional, definindo as condições de possibilidade para a futura emergência da ciência da informação.

Palavras-chave

Biblioteconomia. Documentação. Informação científica. Ciência da informação – Brasil.

The Brazilian Institute for Bibliography and Documentation and the Scientific Information: a historical perspective for information in Brazil

Abstract

There's little controversy over the fact that information science appeared in Brazil in 1970, breaking traditional bibliographical practices that weren't any longer able to properly answer the requirements of an expanding scientific community. Examining the documents gathered in the personal archive of Lydia de Queiroz Sambaquy, the Brazilian librarian who conceived the Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) and directed it between 1954 and 1965, the results of this historical research suggest, on the contrary, that the activities developed within IBBD during those eleven years were actually marked by an “informational” approach of the bibliographic work, according to the conceptions of Farradane, one of the founders of the field. Simultaneously influenced by librarianship, documentation and the concept of “scientific information”, then a very modern one, the services provided by the librarians of IBBD under the leadership of Lydia Sambaquy opened a new field of professional action, defining the conditions under which the future birth of information science was made possible.

Keywords

Librarianship. Documentation. Scientific information. Information science – Brazil.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há amplo consenso entre os pesquisadores da disciplina a respeito das circunstâncias que assinalaram o surgimento oficial da ciência da informação no Brasil. O fato ocorreu no ano de 1970 (ZAHER, 1995; PINHEIRO; LOUREIRO, 2004), quando as bibliotecárias Celia Ribeiro Zaher e Hagar Espanha Gomes, então presidente e vice-presidente do IBBD, respectivamente, organizaram um curso de mestrado em ciência da informação cujo objetivo precípuo era permitir que os funcionários do órgão tivessem acesso aos conhecimentos e às competências profissionais que, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1960, com a entrada em cena dos primeiros equipamentos eletrônicos, eram exigidos no desempenho de suas funções especializadas (GOMES, 1974; ZAHER, 1995).

Relacionado à historicidade da ciência da informação no Brasil, o problema que este estudo se propõe a enfrentar não possui, porém, a mesma força consensual. Quando se trata de ciência da informação no Brasil, todo e qualquer recuo histórico esbarra sempre no marco erguido pelo IBBD em 1970, no qual se lê: “Primeiro Curso de Mestrado em Ciência da Informação da América do Sul”. Para lá desse limite, todos os caminhos que levam ao passado parecem não só encobertos, mas de fato supérfluos ao cientista da informação brasileiro, seja porque se acredita que esse passado se distancia muito de sua atividade atual, seja porque se julga que tal passado não oferece novos sentidos à sua identidade.

[...] Grande parte dos autores [...] situa os antecedentes da constituição da ciência da informação nos esforços bibliográficos de organização de registros ou de seu acesso [...]. Mas esse mesmo movimento histórico parece apagar seus rastros: as condições para a constituição dessa nova área não parecem poder ser pensadas por ela. Há na sua

historiografia – elaborada por seus próprios teóricos – um grande apagamento d[e] [...] sua condição histórica, compensado por uma larga naturalização, tanto de si quanto de seu objeto. [...] (FREITAS, 2003, §7 e 18)

Compreende-se perfeitamente bem que a ciência da informação se constituiu no Brasil – assim como no resto do mundo – de maneira a romper com um passado de práticas que não se mostravam mais competentes para atender às necessidades bibliográficas e documentais de uma sociedade marcada pela explosão tecnológica e, principalmente, de uma comunidade científica em contínuo processo de crescimento. A ciência da informação era um campo novo e, enquanto tal, posicionava-se na vanguarda de um mundo também radicalmente diferente (PINHEIRO, 2002). Ainda assim, acredita-se que uma perspectiva histórica de maior alcance pode contribuir para uma revisão do estatuto epistêmico da disciplina, oferecendo perspectivas originais, capazes de aprofundar a compreensão do presente.

Apesar de ainda não terem sido estudados e discutidos de forma sistemática, os movimentos que marcaram a biblioteconomia brasileira na primeira metade do século 20 resultaram não apenas na adoção de procedimentos técnicos mais uniformes, mas também na defesa de competências profissionais especializadas e na implementação de estratégias de legitimação social (ODDONE, 2004). Estas novas condições acabaram por introduzir, consolidar e disseminar modos também novos de organizar as idéias, capacitando os bibliotecários a produzir reflexões teóricas mais sofisticadas. Em consequência, uma esfera de ação e um domínio intelectual até então inexistentes para esses profissionais materializaram-se, agregando à representação simbólica da área elementos de uma imagem proativa e realizadora que resultou em uma certa bagagem de força política e social.

Com o fim do Estado Novo e em meio a outras transformações sociais e culturais por que passava a nação – a regularização do trabalho e do voto feminino, o crescimento da rede de escolas públicas, a criação de universidades, a fundação de academias e de associações de cientistas e educadores –, privilegiou-se um acelerado esforço de desenvolvimento cujos objetivos eram a formação e a manutenção de uma sólida infra-estrutura científica e tecnológica, capaz de assegurar a progressiva soberania do país no setor (SANT’ANNA, 1978). Nesse contexto, a criação do IBBD em 1954, como órgão de

produção e acumulação de informações bibliográficas, constituiu um suplemento de força para os bibliotecários. O contato com instituições internacionais, como a Federação Internacional de Documentação (FID) e a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (Ifla), por outro lado, oferecia acesso a um cenário já em vias de se globalizar, enriquecendo o domínio intelectual até ali representado exclusivamente pela biblioteconomia. A convivência com essas novas demandas traduziu-se na adesão da área ao discurso da “informação científica” e à sua progressiva elaboração em termos teóricos e pragmáticos.

Por cerca de dez anos, essa condição se mostrou satisfatória, produzindo poucas discordâncias. Uma das primeiras iniciativas do IBBD, por exemplo, foi promover a realização consecutiva de cursos de “documentação científica” por meio dos quais o Instituto orientou inúmeros bibliotecários – e outros interessados em biblioteconomia – de diferentes regiões do país no fornecimento de serviços de “informação científica” que se baseavam, na verdade, em sofisticadas técnicas de documentação. Os profissionais treinados serviam como multiplicadores ou disseminadores do novo saber, dos novos discursos e das novas práticas do campo. A extensão e a capilaridade assim alcançadas fortaleceram não apenas os atores em cena naquele momento, mas também, de maneira reflexa, a própria área, que experimentou um importante processo de fertilização. Instaurado, tal processo provocou desdobramentos a partir dos quais surgiram as associações profissionais, os cursos de graduação universitária e, mais tarde, a própria legislação profissional, símbolo maior, naquele momento, da identidade, da legitimidade e da visibilidade da biblioteconomia nacional.

Ao fim desse período, contudo, surgiram os primeiros indícios de uma futura e destabilizadora problemática. A eletrônica e a informática, com seus equipamentos, sua terminologia e suas perspectivas, pouco a pouco começaram a infiltrar-se no cotidiano daqueles profissionais, em especial no universo dos bibliotecários que militavam no IBBD, onde a exposição a esse confronto era potencialmente maior. Se de início eram apenas relatos trazidos por profissionais brasileiros que voltavam do exterior ou informes que chegavam ao IBBD por meio do cuidadoso controle bibliográfico exercido pelo órgão sobre a literatura internacional da área, mais tarde, introduzidos em sua rotina produtiva*, tais fatores

* A primeira máquina copiadora da Xerox do Brasil, empresa fundada em 1965, foi instalada no IBBD em dezembro de 1966 (notícia disponível em <http://www.quimbahia.com.br/empresas.asp?CODEMPRESA=xerox>).

de desequilíbrio começaram a impor questionamentos cuja natureza e amplitude acabou levando os gestores e os bibliotecários do órgão a aderir à perspectiva da ciência da informação.

Embora a história da biblioteconomia e da documentação no Brasil simule uma longa e contínua série de fatos que se encadeiam com precisão e naturalidade, a trajetória da área se caracteriza por seguidas rupturas. Em 1954, quando foi criado, o IBBD provocou um definitivo rompimento com a limitada tipologia de serviços que os estabelecimentos brasileiros dedicados à organização de acervos bibliográficos ofereciam a seus usuários. Se durante a primeira metade do século XX, por falta de outros locais onde fosse possível obter serviços de informação, as bibliotecas cobriam, sozinhas, toda a gama de possíveis práticas biblioteconômicas, a partir da década de 1950 surgiram diferentes espaços onde o fluxo da informação, sobretudo da informação científica, era canalizado e capitalizado como força motriz para novos desenvolvimentos (MIRANDA; BARRETO, 2000). As bibliotecas tradicionais, por sua vez, graças à política de incentivo às bibliotecas públicas iniciada pelo Instituto Nacional do Livro (INL), também começaram a se fazer mais presentes no cenário nacional: nas cidades, nas universidades, nos órgãos públicos (OLIVEIRA, 1994). Onde houvesse uma demanda formal por informações bibliográficas as bibliotecas lá estariam.

Parece claro, portanto, que a ciência da informação não surgiu no Brasil *ex nihilo*, em terreno estéril. Ao contrário, sua emergência ocorreu em um espaço onde outros saberes já estavam constituídos, deixando vestígios na concepção da nova disciplina e na formulação de suas estratégias profissionais e acadêmicas. Contudo, ainda resta definir qual é o melhor ponto de partida para uma historiografia da ciência da informação no Brasil. O envolvimento da Biblioteca Nacional com Paul Otlet e o Instituto Internacional de Bibliografia no início do século XX (RAYWARD, 1996)? A guinada da biblioteconomia nacional em direção aos padrões norte-americanos de trabalho (CASTRO, 2000)? Considerando a extensão desse tempo pretérito – que poderia recuar, quem sabe, até a instalação da Real Biblioteca Portuguesa no Rio de Janeiro, no início do século XIX (SCHWARCZ, 2002) –, torna-se necessário proceder a recortes que, privilegiando períodos, questões ou fatos específicos, valorizem a documentação disponível e viabilizem a consecução da pesquisa.

A coleta de dados para esta pesquisa foi viabilizada por fontes primárias e secundárias doadas por Celia Baltar,

filha de Lydia de Queiroz Sambaquy, às quais foram reunidos diversos documentos obtidos em arquivos e bibliotecas da cidade do Rio de Janeiro. Outras fontes muito úteis foram alguns livros publicados no início do século XX, que ofereceram um minucioso testemunho das práticas biblioteconômicas daquele período. Embora essas fontes tenham sido todas de grande valor na elucidação de várias questões cruciais, em muitas circunstâncias elas não foram suficientes. Nesses casos, recorreu-se a entrevistas não-estruturadas com parentes, colegas e antigos colaboradores de Lydia.

No que se refere ao acervo pessoal de Lydia Sambaquy, inicialmente deve-se ressaltar sua riqueza e diversidade, qualidades que acabaram por trazer certas frustrações e transtornos à pesquisa, pois não havia tempo hábil para seguir muitas das pistas e indícios ali encontrados. Representando uma substancial coleção de cartas, ofícios, manuscritos de textos inéditos e publicados, fotografias, medalhas, exemplares de livros e de periódicos, entre muitos outros itens valiosos, o arquivo pessoal de Lydia de Queiroz Sambaquy permitiu o aprofundamento de alguns pontos definidos previamente e a identificação de outros, a princípio não apontados. Em seguida, deve-se assinalar o lento e extenuante trabalho de tratamento e organização – ainda não concluído – que esses documentos demandaram. Além disso, se essa ausência de ordenamento e de sistematização permitiu estimular a transversalidade do olhar, também exigiu cuidados redobrados no sentido de não permitir a interferência da subjetividade do pesquisador.

A BIBLIOTECA DO DASP E A COOPERAÇÃO

Criada em 1938 e desde 1939 chefiada por Lydia de Queiroz Sambaquy, a Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), órgão criado durante o primeiro Governo Getúlio Vargas, significou um grande diferencial na realidade das bibliotecas brasileiras da primeira metade do século XX. O Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), implantado e coordenado por Lydia Sambaquy na Biblioteca do Dasp a partir de 1942, representou, por sua vez, um poderoso mecanismo de integração e capacitação das bibliotecas brasileiras. Atendendo diretamente às demandas daquele período para a racionalização do serviço público, o SIC oferecia uma resposta precisa para um dos problemas biblioteconômicos que mais pressionavam essas bibliotecas: a catalogação dos acervos.

Mobilizando o aparato técnico e operacional que a Biblioteca do Dasp lhe proporcionava, Lydia passou a

articular uma vasta rede de bibliotecas cooperantes, o que permitiu estender suas idéias e as práticas biblioteconômicas de origem americana que adotara a um contingente cada vez maior de bibliotecários brasileiros. A conseqüência foi uma descontinuidade entre a biblioteconomia que se conheceu até ali e a que se veria a partir de então, pouco a pouco legitimada pela comunidade profissional. A autoridade e a influência desse novo modelo concorreram para organizar conceitos, práticas e artefatos e para tornar estável a esfera de competências profissionais relacionada à área. Isso favoreceu a formação de uma biblioteconomia forte e uniforme, que era compreendida e aceita por todos – ou pela maioria –, preparando o caminho para o que viria a seguir.

Com o fim do Estado Novo, Lydia deixou a Biblioteca do Dasp e dedicou-se principalmente ao SIC – agora sob a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas – e ao ensino de catalogação e classificação no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. “Cooperação” foi um conceito decisivo para Lydia nesse período. A defesa da permanente colaboração entre bibliotecários e bibliotecas esteve cada vez mais presente em seus textos, transformando-se mesmo em princípio a ser defendido e disseminado. O momento máximo desse processo discursivo de convencimento e arregimentação ocorreu em 1951, quando Lydia preparou o artigo sobre catalogação cooperativa que apresentaria na Conferência da Unesco, ocorrida naquele ano em São Paulo. Publicado em português na *Revista do Serviço Público* dois meses antes da realização do evento – em cujos *Anais* apareceu em espanhol (SAMBAQUY, 1951, 1953) –, o artigo chama a atenção pelo trabalho firme e eficiente de conscientização ali desenvolvido. Além disso, a leitura deste texto permite identificar algumas das principais formulações que orientarão a criação do IBBD dali a três anos e que marcarão presença nos documentos de Lydia depois de 1954.

[...] O que importa é que as bibliotecas compreendam que, para servir bem, não lhes é necessário conhecer somente que livros possuem, mas também onde se encontra o livro ou a informação que realmente está sendo desejada. [...] É importante que não esqueçam os bibliotecários ou os organizadores de bibliotecas que estas não mais podem viver isoladas e que a cooperação que derem umas às outras lhes será devolvida muitas vezes multiplicada, em juros elevados. [...] (SAMBAQUY, 1951, p. 39)

Depois de participar dessa Conferência da Unesco em São Paulo, além de uma defesa mais consistente da cooperação e da integração entre os bibliotecários, o discurso de Lydia começou a incorporar elementos oriundos das propostas internacionais de trabalho desse órgão. Assim, integrando o Comitê II do evento, que tratou da “ação interamericana necessária para o desenvolvimento das bibliotecas públicas”, ela teve oportunidade de oferecer contribuições, sob a forma de um relatório ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Ibccc), no qual muitas das idéias que farão parte do projeto de criação do IBBD já estão antecipadas. Nesse sentido, é importante lembrar que o trabalho que Lydia desenvolvia na Fundação Getúlio Vargas, um órgão que aos poucos ia construindo uma sólida reputação e uma visível centralidade no cenário político, administrativo e também científico brasileiro, criava diversas oportunidades para que ela estivesse em contato com pessoas e instituições potencialmente importantes para as questões biblioteconômicas.

A CRIAÇÃO DO IBBD

Sobre o período imediatamente anterior à criação do IBBD em 1954, Luiz Antonio Gonçalves da Silva já nos apresentou, na dissertação de mestrado que defendeu em 1987 na Universidade de Brasília, todos os mínimos detalhes das intrincadas negociações, dos interesses que cada uma das instituições envolvidas disputava, dos problemas ocorridos entre Lydia e Herbert Coblans, o consultor enviado pela Unesco para tratar da implantação do centro bibliográfico, e, por fim, do resultado favorável alcançado por Simões Lopes em favor

FOTO 1

Jannice e Lydia planejando o IBBD, 1954



Fonte: Arquivo pessoal Jannice Monte-Mór

do projeto que vinha sendo delineado por Lydia há já alguns anos. Embora muitas outras investigações ainda possam ser conduzidas em torno desta questão, pode-se dizer de imediato que os documentos pessoais de Lydia são claros, autorizando perfeitamente uma conclusão: todo o projeto de criação do IBBD foi inteiramente planejado, definido e escrito por Lydia, inclusive rascunhos de documentos que mais tarde se tornariam oficiais (SILVA, 1987).

Toda esta articulação teve início em 1952, quando, por intermédio de Paulo Carneiro, representante do Brasil na Unesco, Lydia foi indicada, juntamente com Jannice Monte-Mór, para percorrer, durante quase um ano, as principais bibliotecas e centros de documentação da Europa e dos Estados Unidos. A viagem, que se beneficiou da política da Unesco de fomentar o estabelecimento de centros bibliográficos nacionais e contou ainda com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, foi decisiva para ampliar as idéias de Lydia sobre a estrutura que um órgão dedicado ao trabalho bibliográfico deveria ter para impulsionar as atividades científicas e tecnológicas nacionais. Lydia retomava então uma idéia exposta em 1943 durante uma palestra proferida na Biblioteca do Dasp:

[...] Para isso as bibliotecas devem, em primeiro lugar, procurar encontrar, para poderem oferecer aos interessados, todo o material bibliográfico que, de qualquer modo, tiver valor para os trabalhos diretamente relacionados à mobilização econômica. Em segundo lugar, elas devem esforçar-se, tanto quanto possível, para despertar o interesse pela leitura desse material. [...] (SAMBAQUY, 1943)

A idéia de um órgão centralizador, capaz de capitalizar recursos bibliográficos de diversas origens e naturezas para uso de toda a comunidade científica, sairá vencedora de todos os embates, embora bem mais tarde ela acabe por trazer uma série de problemas para Lydia e para seus assessores. É que o cenário promissor que se estabeleceu no início da década de 1950 durou pouco e, mesmo antes de surgirem problemas de natureza política, os problemas financeiros já se faziam notar. No início da década de 1960, Lydia já tinha bastante dificuldade em obter as verbas necessárias à manutenção das inúmeras de coleções de periódicos correntes que o IBBD assinava, mas ainda acalentava a idéia de transformar a biblioteca do órgão na Biblioteca Nacional de Ciência e Tecnologia. Os anos de 1963 e 1964, porém, serão decisivos para que Lydia reveja seus conceitos. Seus ideais se tornarão pouco sustentáveis. E questões políticas virão agravar o quadro.

NOVO REGIME DE INFORMAÇÃO

[...] Um regime de informação se reconhece por suas linhas de força dominantes [...]. [Ele] define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação; [ele regula] os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder. [...] (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 61).

A criação do IBBD indicou que um novo regime de informação (FROHMANN, 1995; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003) estava se instituindo no Brasil. A nova ordem, caracterizada pela centralidade do fenômeno informacional, só viria a desenvolver-se plenamente ao longo das décadas seguintes, mas já definia suas primeiras diretrizes. Marcados por novas posturas profissionais, mas também pela força das novas construções teóricas que começavam a circular no contexto do órgão, os serviços prestados pelos bibliotecários do IBBD sob a liderança de Lydia Sambaquy abriram um novo campo de ação profissional. Influenciado ao mesmo tempo pela

FOTO 2

Biblioteca Nacional de Ciência e Tecnologia



A biblioteca do IBBD em 1962

[...] [R]eúne, atualmente, uma das mais importantes coleções de referência bibliográfica e [...] deverá ser transformada, em breve, na Biblioteca Nacional de Ciência e Tecnologia.

Fonte: BRASIL, 1962, p. 59.

biblioteconomia, pela documentação e pelo então moderníssimo conceito de “informação científica”, esse novo regime estabeleceu as condições de possibilidade para a futura emergência da ciência da informação.

Parecia mesmo difícil sustentar o funcionamento de um órgão como o IBBD apenas na posse de um par de conceitos biblioteconômicos. A assembléia de variáveis intervenientes era imensa, e cada item demandava uma parcela individual de atenção. Equipamentos, políticas, funcionários, coleções, treinamentos, reuniões, orçamentos, pesquisas e toda uma extensa rede de atores humanos e não-humanos exigiam decisões imediatas e eficientes. Mas era preciso articular também um discurso em que todos esses novos elementos estivessem compostos e organizados de maneira inteligível. Além de trabalhar e produzir com afinco para erguer uma instituição que todos respeitassem, era necessário construir e manter uma imagem pública que fizesse jus a todo aquele esforço. Entre 1955 e 1956, muitas iniciativas nessa direção começaram a ser empreendidas. Uma delas foi a criação dos cursos de pesquisa bibliográfica. Nesses cursos, voltados principalmente à comunidade de bibliotecários brasileiros, muitas inovações foram postas em prática. Uma das mais notáveis foi a idéia de permitir a entrada de interessados que não fossem bibliotecários (GOMES, 1974).

Independentemente das conseqüências de tal política sobre os bibliotecários e sobre os pesquisadores que participaram desses cursos – tema que ainda permanece inexplorado –, uma controvérsia surgiu, de imediato, na área: uma desavença entre a mentalidade que Lydia cultivava no IBBD e a “pura” biblioteconomia de que era representante, por exemplo, Laura Garcia Moreno Russo. Laura Russo, que mesmo antes da regulamentação da profissão já defendia uma posição considerada corporativa (SOUZA, 1990), era frontalmente contra a admissão de alunos que não fossem bibliotecários. Contudo, apesar das discussões entre as duas, relatadas por alguns dos entrevistados nesta pesquisa, Lydia nunca abriu mão desse princípio, determinando assim uma distância entre a atividade profissional que se praticava no IBBD e a biblioteconomia tradicional, considerada de forma restrita como aquela que se conduzia em bibliotecas. Este foi um dos primeiros princípios do novo regime posto em ação pelo IBBD na condição de dispositivo de articulação de forças que operavam nesse novo cenário.

Os cursos de pesquisa bibliográfica, assim como antes já haviam sido os cursos preparatórios de bibliotecários do

Dasp e o treinamento em serviço oferecido pelo SIC, exerceram uma influência decisiva na propagação do novo modelo profissional proposto pelo IBBD para a biblioteconomia. Em artigo publicado na década de 1970, Hagar Espanha Gomes ressaltava a situação precária da formação de recursos humanos na área em meados da década de 1950 e assinalava o diferencial oferecido aos candidatos pelos cursos do IBBD:

[...] O Curso de Bibliografia Especializada [...], apesar do nome, incluía em seu currículo outros tópicos que não eram ministrados nas escolas de graduação, como a própria bibliografia especializada, normalização da documentação, mecanização de serviços técnicos, etc. Todas essas matérias foram incluídas posteriormente nos programas das escolas, com nomes diversos. [...] (GOMES; ZAHER, 1972, p. 315-316)

BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Não era mais, portanto, uma “pura” biblioteconomia que se praticava e se disseminava nos cursos do IBBD. O que se observa é que, favorecido pelo novo regime de informação, o IBBD havia conseguido implantar posturas e mentalidades que estavam “contaminadas” por um outro conceito: o da documentação. Como ficou constatado (ODDONE, 2004), no final da década de 1950 a biblioteconomia nacional ainda não havia se ajustado às questões postas desde 1930 pela documentação de Paul Otlet. No resto do mundo, ao contrário, tais questões já estavam em pauta há pelo menos uma década, como atestam, por exemplo, os textos sobre esse tema escritos por Jesse Shera, um dos principais divulgadores da documentação nos Estados Unidos e no mundo (SHERA, 1944, 1952, 1956, 1957; SHERA; EGAN, 1961, 1965).

Quando Shera veio ao Brasil em 1957, a convite do IBBD – um convite realizado muito a propósito – para ministrar uma disciplina no curso de pesquisa bibliográfica, Washington Moura, bibliotecário da Câmara dos Deputados, publicou um artigo no “*Boletim Informativo do IBBD*” em que comentava a chegada do americano e produzia um testemunho inequívoco dos grandes dilemas trazidos pela documentação para os bibliotecários brasileiros:

[...] Tratemos, portanto, de perguntar ao professor Shera como nós, bibliotecários, seremos suficientes para exercer o cargo na Documentação. Ele poderá sugerir-nos a maneira de realizar uma catalogação menos inibida, sem fazer do seu código um cavalo de batalha, pois, bem a propósito, Dr. Shera entrou na

profissão como catalogador. Aproveitaríamos também para, em seminário, considerar, a par de tantos outros problemas difíceis, o preparo econômico de nossas bibliografias, a conveniência da adoção generalizada da Classificação Decimal Universal, primeiro passo para algumas de nossas inadiáveis questões abertas. O professor Shera deverá, afinal, ajudar-nos a discernir o sentido exato de todas as mudanças em perspectiva na Documentação. [...] (MOURA, 1957, p. 168)

O arcabouço teórico que daria conta da nova ordem de práticas e posturas introduzidas no IBBD começou a ser construído em torno de 1956, quando Edson Nery da Fonseca, Lydia Sambaquy e outros bibliotecários que trabalhavam no órgão aprofundaram seu contato com as idéias da FID e da documentação, inicialmente por intermédio da Unesco e da Ifla. Mas era necessário promover uma apropriação nacional desses conceitos e desses discursos. E isso foi feito com a colaboração de um outro bibliotecário, Octavio Calazans Rodrigues, funcionário da Biblioteca Nacional (SAMBAQUY, 1956a).

Levados a um corpo-a-corpo com a documentação, Lydia, Edson Nery e outros foram informados por Octavio Rodrigues sobre as aventuras de Manuel Cícero Peregrino da Silva no reino da documentação nas primeiras décadas do século (CASTRO, 2000; RAYWARD, 1996). Para os profissionais do IBBD, a oportunidade de operar um “resgate” era sem dúvida mais interessante e promissora do que a trabalhosa tessitura de todo um novo arcabouço teórico-discursivo. Na esteira desta “descoberta”, produzem-se, apresentam-se em congressos* e publicam-se então vários artigos sobre o tema (SAMBAQUY, 1956a, 1956b; FONSECA, 1957; DIAS, 1958, entre outros). Com sede no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Bibliotecários (AAB), de que todos esses profissionais eram membros, também se articula e, a propósito de um concurso aberto pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização, promove um curso especial de preparação cuja apostila recebeu o título de *Temas de Documentação* (ASSOCIAÇÃO, 1958). A apostila contém textos de Edson Nery, Irene de Menezes Dória, Laura Figueiredo, Laís da Boa Morte e outros autores, a maioria funcionários do IBBD.

* Os congressos da área surgem também nesse período e poderiam ser, por si mesmos, temas de interessantes pesquisas sobre a configuração desse novo regime de informação.

A articulação entre biblioteconomia e documentação foi executada de forma tão conveniente naquele momento, que, anos mais tarde, tanto Edson Nery (FONSECA, 1992) quanto Briquet de Lemos afirmariam que, no Brasil, não se verificou “a cisão entre bibliotecários e documentalistas que se observou em outros países” (LEMOS, 1972, p. 13). No restante do mundo, porém, esta era uma questão pungente, como atestava Lasso de La Vega:

[...] A explosão da literatura técnica e científica a que assistimos deu origem a uma profissão nova, a de documentalista [...]. O homem de ciência, o erudito e o técnico não acham hoje no bibliotecário a solução para o mais importante de seus problemas: a documentação. [...] (LASSO DE LA VEGA, 1969, p. 107-108)

É evidente, em contrapartida, que a aliança entre biblioteconomia e documentação proposta pelo IBBD não foi uma iniciativa aleatória. Assim como mais tarde a ciência da informação seria oferecida como solução para fazer face às novas problemáticas da década de 1970, a composição biblioteconomia/documentação produzida pelo IBBD respondia a orientações internacionais, postuladas principalmente pela ação da FID. A comunidade nacional de bibliotecários, por sua vez, não possuindo ainda espaços apropriados para a produção independente de conhecimentos, respondeu agradecida, incorporando “aos seus currículos o ensino da documentação, sem [...] protestos relevantes” (LEMOS, 1972, p. 13). Quando, porém, a biblioteconomia brasileira tentou promover a definitiva anexação da documentação ao seu domínio na década de 1980, esta pretensão lhe foi oficialmente negada:

[...] Parece assim ao Relator desnecessário que os bibliotecários sejam explicitamente chamados de documentalistas, uma vez que isto já está expressamente incluído no campo de sua profissão. É ainda porque parece conveniente eludir uma possível perplexidade, que poderia nascer de uma terminologia inovada: Bibliotecário e Documentalista, uma vez que a primeira profissão inclui a segunda, mas a recíproca não é, forçosamente, verdadeira. [...] (NOVA, 1983, p. 140)

Outra importante alteração operada pelo novo regime de informação que o IBBD representava foi a participação dos bibliotecários em eventos de natureza propriamente científica. Os pesquisadores do órgão, associados à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), criaram, por exemplo, os Simpósios de Bibliografia, em

que apresentaram comunicações de grande valor em termos de produzir interseções entre a documentação e a comunidade científica nacional. Muitos dos produtos e iniciativas do IBBB decorreram desse intercâmbio com os cientistas brasileiros. A integração dos bibliotecários à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) também ocorreu nesse período. Criado o Comitê de Documentação, muitos dos bibliotecários do IBBB dele participaram, encarregando-se de desenvolver, principalmente ao lado de colegas paulistas, as primeiras versões das normas de referências bibliográficas até hoje utilizadas no país.

Contudo, o fato de maior relevo no desenho do novo regime de forças parece ter sido a transformação por ele operada no conjunto de serviços e de práticas que, dali em diante, estaria incluído no domínio dessa biblioteconomia associada à documentação. Os bibliotecários do IBBB não só compreenderam a centralidade do documento e da informação para a sociedade, a cultura e a ciência contemporâneas: durante os primeiros dez anos de existência do órgão eles fabricaram esse fenômeno. Eles o colocaram em pauta e o definiram, com palavras e ações, modelando seus instrumentos, regulando seus padrões, organizando seus conceitos, distribuindo suas práticas e fazendo valer seus discursos.

TRABALHO INFORMACIONAL

Como se disse, o conjunto de práticas assumidas pelo IBBB nesse período não pertencia mais, exclusivamente, ao domínio da biblioteconomia. As atividades exercidas pelo órgão ofereciam materialidade a um domínio híbrido do saber, situado a meio caminho entre biblioteconomia e documentação. Um domínio para o qual, no entanto, uma designação apropriada ainda não fora internacionalmente reconhecida. É neste sentido que se sugere a possibilidade de que esse novo universo de práticas se aproximava de um trabalho propriamente informacional, tal como descrito por Farradane desde 1953 (FARRADANE, 1955, 1970, 1971; EVANS; FARRADANE, 1959; ALLIBONE, 2002; DYSON; FARRADANE, 2002).

Não parecem tão importantes, neste caso, as distinções pleiteadas por Farradane quanto à formação necessariamente científica do *information officer*, do *information specialist* ou do *information scientist*, que ele concebia como verdadeiros cientistas. Para o efeito que se acredita poder obter, mencionam-se, exclusivamente, as práticas enumeradas por Farradane como

competências específicas desses novos profissionais. O programa do curso de treinamento desenvolvido por Farradane em 1958 incluía conhecimentos sobre:

- comunicações humanas;
- técnicas de investigação;
- fontes de informação;
- catalogação, indexação e classificação;
- apresentação da informação;
- administração;
- reprodução documentária;
- leis de direito autoral (EVANS; FARRADANE, 1959, p. 1492).

[...] Uma das funções do *information officer* é assumir a responsabilidade pela reunião, organização e circulação da informação requerida pelo estabelecimento. [...] Ele é responsável por garantir que o trabalho do grupo de pesquisa seja apropriadamente registrado e publicado [...]. Ele tem responsabilidade pela seleção crítica e pré-análise do material requerido pelo grupo de pesquisa [...]. Suas respostas a uma consulta freqüentemente irão além daquelas de um bibliotecário de referência [...]. Ele deve preparar análises da informação disponível de modo essencialmente completo, acurado e atualizado [...]. À primeira vista haveria um amplo espaço comum entre o treinamento de um bibliotecário e o de um técnico em informação técnica [...]. (EVANS; FARRADANE, 1959, p. 1489-1490)

De fato, as qualificações propostas por Farradane para o *information officer* englobavam todos os serviços que os bibliotecários do IBBB haviam se acostumado a realizar em sua rotina profissional: pesquisa, geração da informação, produção de repertórios secundários, reprodução, disseminação e distribuição de documentos. Como afirmou Edson Nery a respeito do “especialista em informação científica”, cujas quatro principais atribuições ele descreve,

[...] Com a recente verificação de que não basta organizar *documentos* [...] sendo também necessário analisar-lhes o conteúdo e deles extrair informações, a palavra *documentação* tornou-se insuficiente. É preciso substituí-la por *informação científica*. [...] Essa nova profissão é uma exigência da nossa época [...]. A *informação científica*, como profissão, caracteriza-se [...] [por] atribuições distintas das cometidas ao bibliotecário [...]. Entre bibliotecários e especialistas em informação científica [...] deve haver [...] relações [...] [de] independência e harmonia [...]. (FONSECA, 1962, p. 56-57, grifos do original).

FOTO 3

Lydia de Queiroz Sambaquy (1913-2006), década de 1940



Fonte: Arquivo pessoal Lydia de Queiroz Sambaquy

Embora se deva reconhecer que alguns desses mesmos autores negaram enfaticamente essa proximidade (ZAHER, 1974; FONSECA, 1962; DYSON; FARRADANE, 2002), julga-se que as atribuições do *information officer*, tal como definidas por Farradane na década de 1950, mantinham muita semelhança com as práticas profissionais exercidas pelos bibliotecários brasileiros no âmbito do IBBD. Assim, se parece clara a necessidade de assinalar a diferença entre o *information officer* e o bibliotecário tradicional, também é preciso enfatizar a proximidade entre o *information officer* e o bibliotecário cuja atuação se pautava pelos padrões da documentação. Essa afinidade, embora não seja conclusiva, propõe interpretações e leituras que trazem novas perspectivas à historiografia da ciência da informação no Brasil.

Para Lydia Sambaquy e outros profissionais que ali trabalhavam, o IBBD foi uma inspiração e um projeto pessoal. Quando, por força do golpe militar de 1964,

Lydia foi levada a deixar a presidência do Instituto, no final de 1965 (SAMBAQUY, 1965), o projeto do IBBD prosseguiu, agora sob os cuidados de bibliotecárias como Jannice Monte-Mór, Celia Ribeiro Zaher e Hagar Espanha Gomes, discípulas e ex-companheiras, que deram ao IBBD os novos e promissores rumos de uma ciência da informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática central desta pesquisa envolveu a historicidade da ciência da informação no Brasil, analisada a partir do trabalho desenvolvido pelo IBBD, instituição fortemente associada à biblioteconomia e à documentação. O exame das práticas, dos discursos e do movimento dos atores que estiveram à frente do processo de criação e consolidação do órgão entre as décadas de 1950 e 1960 ajudou a identificar a conjugação de forças que possibilitou a emergência da disciplina, determinando sua configuração. O interesse era verificar sobretudo sob que circunstâncias políticas e epistêmicas, por meio de quais jogos discursivos, por força de quais rupturas e apropriações, haviam ocorrido alterações no saber da biblioteconomia que levaram os bibliotecários do IBBD a formular sua adesão ao projeto da ciência da informação. Não pareceu suficiente analisar o momento de emergência da disciplina no Brasil deixando para trás tudo o que levou aqueles bibliotecários até ali, já que sua trajetória profissional e sua bagagem intelectual caracterizavam elementos decisivos e determinantes na opção pela nova disciplina. Em contrapartida, sem recuperar a história dessas práticas e desses discursos, tornava-se difícil explicar certas circunstâncias e condições vigentes na década de 1970, para as quais a biblioteconomia e a documentação pareciam ter contribuído com elementos bastante específicos. Reconstituir a historicidade da ciência da informação no Brasil parecia indispensável à integral compreensão das condições de possibilidade de sua definição enquanto campo do saber.

Embora estivesse constituída em torno de idéias e posturas cada dia mais estáveis e consensuais – que lhe haviam garantido, inclusive, o reconhecimento legal como profissão de nível superior –, a atividade biblioteconômica que se praticava no país até então, caracterizada por uma enorme diversidade de contextos, de necessidades e de recursos e abrangendo da mais singela biblioteca escolar até o mais sofisticado e especializado centro de documentação, estava longe de ser uniforme. Desde os primeiros anos da década de 1950 (DESARROLLO, 1953), contudo, decididamente

influenciada pelos princípios da documentação (SAMBAQUY, 1956b; FONSECA, 1957) e seguidamente desafiada pelo discurso da “informação científica” (THE ROYAL, 1948; INTERNATIONAL, 1959; RICHARDS, 1996; LINE, 1998; VICKERY, 1998), a biblioteconomia brasileira vinha aderindo a práticas e reflexões que indicavam uma verdadeira descontinuidade em seus pressupostos e fundamentos de ação.

Deixando para trás o modelo de informação educativa ou utilitária que oferecera respaldo à expansão das bibliotecas públicas após a Revolução Industrial (MUELLER, 1984), a informação científica e tecnológica – assim como todo o ciclo de serviços “informativos” a ela associado – começou a impor-se como paradigma dominante do conhecimento humano no bojo de um movimento epistêmico e cultural que, entre inúmeras outras conseqüências, alterou profundamente o perfil dos bibliotecários e de seu exercício profissional. Antes mesmo do fim da 2ª Grande Guerra (RICHARDS, 1988), em um denso entrelaçamento de significações, a noção de “informação” já havia originado uma autêntica “cultura informacional”, propiciando as condições de possibilidade para o surgimento, durante os anos 1960 e 1970, de inovações conceituais como “ciência da informação” e “sociedade da informação” (FREITAS, 2002) e de inovações tecnológicas como a Arpanet (SEGAL, 1998), demonstrando assim que o “discurso informacional” não se fundamenta apenas em conceitos, mas também em artefatos e em práticas.

Se para boa parcela dos bibliotecários brasileiros tais preocupações se encontravam distantes, pois eram poucos os profissionais cujas funções exigiam esse nível de atualização, para os bibliotecários do IBBB, empenhados em oferecer soluções rápidas e precisas às questões documentárias e informativas formuladas pela emergente comunidade científica nacional (SAWAYA, 1957), a força motriz da “informação científica” era uma realidade cotidiana. Expostos à melhor literatura estrangeira especializada e em permanente contato com o desenvolvimento internacional da área, os bibliotecários do IBBB respondiam, desde a criação do órgão, pela produção de inovações e pelo aperfeiçoamento dos profissionais graduados em biblioteconomia e documentação.

Assumindo a liderança de seu grupo profissional de forma natural e inequívoca, o IBBB não apenas cumpriu seu papel de instituição centralizadora das atividades de bibliografia e documentação no país, mas preencheu o espaço de um dispositivo propriamente político,

investido de saber e de poder, no ordenamento da área e na definição de suas normas, práticas, padrões, competências, posturas e discursos. Todas as políticas que interessavam ao campo biblioteconômico – fossem relativas à fixação de atribuições, à demarcação de fronteiras ou à instauração de sentidos – passavam, em algum momento, pelo interior do órgão e pelas mãos de seus bibliotecários, configurando com propriedade um ponto de passagem obrigatório, no contexto daquilo que Latour chamou de “centro de cálculo” (LATOUR, 1996). Em entrevista pessoal, Edson Nery da Fonseca chegou a dizer que o IBBB foi criado com a intenção de dar à biblioteconomia e à documentação um organismo nacional tão eficiente e poderoso quanto o Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o era para a geografia e a estatística.

REFERÊNCIAS

- ALLIBONE, T. E. Careers in science information work. *Journal of Information Science*, London, v. 28, n. 1, p. 83-87, 2002. [Originalmente publicado em 1966].
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECÁRIOS. Departamento Técnico. *Temas de documentação*. Rio de Janeiro, 1958. 55f. [Não-paginado].
- BRASIL. Conselho Nacional de Pesquisas. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *Bibliotecas especializadas brasileiras: guia para intercâmbio bibliográfico, contendo plano para aquisição planejada*. Rio de Janeiro, 1962. 376p.
- CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000. 288p.
- DESARROLLO DE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EN AMÉRICA LATINA: Conferencia de São Paulo. Paris: Unesco, 1953. 208p.
- DIAS, Antonio Caetano. *O ensino de biblioteconomia no Brasil: informe apresentado ao I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia realizado no Recife, em junho de 1954*. Rio de Janeiro: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado/Serviço de Publicidade, 1958. 36p.
- DYSON, G. Malcolm; FARRADANE, Jason E. L. Education in information work: the syllabus and present curriculum of the Institute of Information Scientists Ltd. *Journal of Information Science*, London, v. 28, n. 1, p. 79-81, 2002. [Originalmente publicado em 1962].
- EVANS, A. B. Agard; FARRADANE, J. Training the scientific information officer. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENTIFIC INFORMATION, 1958, Washington. *Proceedings...* Washington: National Academy of Sciences, 1959. 2v. p. 1489-1494. Disponível em http://books.nap.edu/html/sci_inf_1959/. Acessado em 18.03.2004.
- FARRADANE, J. Professional aspects of information science and technology. *Annual Review of Information Science and Technology*, n. 6, p. 399-410, 1971.
- FARRADANE, J. Professional education of the information scientist. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DES BIBLIOTHÈQUES ET DES CENTRES DE DOCUMENTATION: CONFÉRENCE INTERNATIONALE DE DOCUMENTATION, 22., 1955, Bruxelles. *Communications...* La Haye: Martinus Nijhoff, 1955. 3v. Vol. IIB, p. 57-62.

- FARRADANE, J. The Institute: the first twelve years. *The Information Scientist*, London, v. 4, n. 4, p. 143-151, 1970.
- FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 95-124, mar. 1957.
- FONSECA, Edson Nery da. Informação científica: uma nova profissão. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 56-57, 1962.
- FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, 1992. 156p.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 296p.
- FREITAS, Lúcia Silva de. A memória polêmica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 12, n.2, 2002. Disponível em <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/>. Acessado em 20.11.2004.
- FREITAS, Lidia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da ciência da informação: um esboço arqueológico. *Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, ano 2, n. 2, 2003. Disponível em <http://www.unirio.br/cead/morpheus/numerosantigos.htm>. Acessado em 20.08.2004.
- FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE/ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23., 1995, Edmonton. *Electronic proceedings...* 14p. Disponível em <http://www.cais-acsi.ca/1995proceedings.htm> ou em <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>. Acessado em 20.11.2004.
- GOMES, Hagar Espanha. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p.13-26, mar. 1974.
- GOMES, Hagar Espanha; ZAHER, Celia Ribeiro. A experiência do IBBD na preparação de cientistas da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, 1., México, 1972. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972. p. 315-323.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, María Nélica. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação. *ciência da informação*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.
- INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENTIFIC INFORMATION, 1958, Washington. *Proceedings...* Washington: National Academy of Sciences, 1959. 2v. Disponível em http://books.nap.edu/html/sci_inf_1959/. Acessado em 18.03.2004.
- LASSO DE LA VEGA, Javier. *Manual de documentación: las técnicas para la investigación y redacción de los trabajos científicos y de ingeniería*. Barcelona: Labor, 1969. 830p. Capítulo X: La documentación: su definición y caracteres, p. 107-116.
- LATOUR, Bruno. Ces réseaux que la raison ignore: laboratoires, bibliothèques, collections. In: JACOB, Christian; BARATIN, Marc (dir.). *Le pouvoir des bibliothèques: la memoire des livres en Occident*. Paris: Albin Michel, 1996. 338p. p. 23-46.
- LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Estado atual do ensino da biblioteconomia no Brasil e a questão da ciência da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, 1., México, 1972. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972. p. 11-37.
- LINE, Maurice B. An information world apart: The Royal Society Scientific Information Conference of 1948 in the light of 1998. *Journal of Documentation*, London, v. 54, n. 3, p. 284-92, jun. 1998.
- MIRANDA, Antonio; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Pesquisa em ciência da informação no Brasil: síntese e perspectiva. *DataGramaZero – Revista de ciência da informação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Artigo 4. Disponível em http://www.dgz.org.br/dez00/Art_04.htm. Acessado em 15.05.2004.
- MOURA, Washington José de Almeida. A propósito da vinda do professor Shera ao Brasil. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3-4, p. 165-168, maio/ago. 1957.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.
- NOVA proposta de currículo mínimo. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 137-148, jan./jun. 1983.
- ODDONE, Nanci. *ciência da informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)*. Rio de Janeiro, 2004. 157 p. Tese (Doutorado em ciência da informação) – Ibict/UFRJ/ECO, 2004. Disponível em <http://biblioteca.ibict.br/ph18/anexos/oddone2004.pdf>. Acessado em 15.10.2005.
- OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. *A biblioteca “fora do tempo”*: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. São Paulo, 1994. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 1994. Disponível em <http://exlibris2.ufrgs.br:4505/ALEPH/>. Acessado em 20.11.2004.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da ciência da informação: os sinais enunciativos da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2002. 266p. p. 87-99.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro, LOUREIRO, J. Mauro Matheus. Políticas públicas de C&T, ICT e de pós-graduação e o surgimento da ciência da informação no Brasil. *CINFORM – ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5., 2004, Salvador. *Anais eletrônicos...* 21p. Disponível em http://www.cinform.ufba.br/v_anais/frames.html. Acessado em 15.05.2004.
- RAYWARD, W. Boyd. *El universo de la información: la obra de Paul Otlet sobre documentación y organización internacional*. Madrid: Mundarnau, 1996. 578p.
- RICHARDS, Pamela Spence. Scientific information for Stalin's laboratories, 1945-1953. *Information Processing & Management*, v. 32, n. 1, p. 77-88, 1996.
- RICHARDS, Pamela Spence. Information science in wartime: pioneer documentation activities in world war two. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 39, n. 5, p. 301-306, 1988.
- SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *[Despedida do IBBD]*. Rio de Janeiro, 1965. 4p. manusc.
- SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Catalogação cooperativa e catalogação centralizada. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano XIV, v. 3, n. 2, p. 36-39, ago. 1951.
- SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Catalogación cooperativa y catalogación centralizada. In: DESARROLLO DE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EN AMÉRICA LATINA: Conferencia de São Paulo, 1951, São Paulo. *Anais...* Paris: Unesco, 1953. 208p. p. 63-70.

- SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Catálogo coletivo de periódicos. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1-2, p. 25-33, jan./abr. 1956a.
- SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *Como a biblioteca pode e deve servir ao Brasil*: conferência pronunciada no salão nobre da Biblioteca Pública de São Paulo, no dia 3 de novembro de 1942, por ocasião da Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1943. 10p.
- SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Manuel Cicero Peregrino da Silva. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 235-239, set./out. 1956b.
- SANT'ANNA, Vanya M. *Ciência e sociedade no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1978. 152p.
- SAWAYA, Paulo. Contribuição da Biblioteconomia para o trabalho científico. *IBBD: Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3-4, p. 143-152, ago. 1957.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 558p.
- SEGAL, Jérôme. *Théorie de l'information: sciences, techniques et société de la seconde guerre mondiale à l'aube du XXIe. siècle*. Lyon, 1998. Thèse (Doctorat d'Histoire des Sciences et des Techniques) – Faculté d'Histoire, Université Lyon II, 1998. Disponível em <http://www.mpiwg-berlin.mpg.de/staff/segal/thesis/thesehtm/home.htm>. Acessado em 20.10.2000.
- SHERA, Jesse H. Research and developments in documentation. *Library Trends*, v. 6, n. 2, p. 187-206, 1957.
- SHERA, Jesse H. Special librarianship and documentation. *Library Trends*, v. 1, n. 2, p. 189-199, oct. 1952.
- SHERA, Jesse H. Special library objectives and their relation to administration. *Special libraries*, v. 35, n. 3, p. 91-94, mar. 1944. Disponível em <http://www.sla.org/content/shop/speclibs.cfm>. Acessado em 30.10.2004.
- SHERA, Jesse H. The training of the chemical librarian: a challenge and an opportunity. *Special libraries*, v. 47, n. 1, p. 8-16, jan. 1956. Disponível em <http://www.sla.org/content/shop/speclibs.cfm>. Acessado em 30.10.2004.
- SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Exame do estado atual da biblioteconomia e da documentação. In: BRADFORD, S. C. *Documentação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 296p. p. 15-61. [Originalmente escrito em 1953].
- SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Foundations of a theory of bibliography. In: FOSKETT, D. J. (ed.). *Libraries and the organization of knowledge*. London: Crosby Lockwood & Son, 1965. 224p. p. 19-33. [Originalmente publicado em 1952].
- SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. *A institucionalização das atividades de informação científica e tecnológica no Brasil: o caso do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)*. Brasília, 1987. 226p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Biblioteconomia, 1987.
- SOUZA, Francisco das Chagas de. *O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1990. 120p.
- THE ROYAL SOCIETY SCIENTIFIC INFORMATION CONFERENCE, 1948, London. *Report and papers submitted*. London: Royal Society; Burlington House, 1948.
- VICKERY, Brian. The Royal Society Scientific Information Conference of 1948. *Journal of Documentation*, London, v. 54, n. 3, p. 281-283, jun. 1998.
- ZAHER, Celia Ribeiro. Entrevista a Rosali Fernández de Souza. *ciência da informação*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 13-20, jan./abr. 1995.
- ZAHER, Celia Ribeiro. Da documentação à informática. In: SEMINÁRIO DA DOCUMENTAÇÃO À INFORMÁTICA, 1971, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1974. 240p. p. 49-86.